

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1005271-31.2017.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Bancários</b>
Requerente:	<b>Georg Ptak e outros</b>
Requerido:	<b>'Banco do Brasil S/A</b>

GEORG PTAK E OUTROS ajuizaram ação contra 'BANCO DO BRASIL S/A, pedindo a condenação da ré ao pagamento de R\$ 101.896,38, além dos danos morais que lhes foram causados. Alegaram, para tanto, que sua genitora, Friederika Ptak, mantinha conta-corrente junto a instituição bancária-ré para o recebimento de ativos provenientes dos lucros de ações, que eram transferidos ao exterior por meio de uma conta bancária que a mesma possuía no país da Áustria. Em 27 de maio de 2014, por intermédio de procuradora, ela solicitou remessa da quantia de 33.000,00 euros para à Áustria, com previsão de disponibilidade para essa conta no dia 29 de Maio de 2014. Contudo, no final de 2016 recebeu informação do réu de que não aconteceu a remessa, tornando-se impossível doravante a transferência, haja vista o falecimento de D. Friderika, gerando prejuízo material, haja vista a retenção indevida do valor e a incidência doravante de imposto de transmissão "causa mortis" sobre o montante, além de dano moral, cuja condenação pretendem seja imposta.

Citado, o réu contestou o pedido, arguindo excludente de responsabilidade e afirmando que a devolução do valor decorreu de divergência em dados qualificativos da beneficiária. Refutou a existência de dano indenizável.

Manifestaram-se os autores.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Incide o Código de Defesa do Consumidor, pois trata-se de relação de consumo, prestando o Banco réu serviço de natureza bancária, inserindo-se no contexto do artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.078/90, tendo o autor como destinatário final e consumidor, de acordo com o verbete 297 do STJ. Tal responsabilidade, inerente à prestação do serviço, é objetiva e afastada apenas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior e culpa exclusiva da vítima ou de terceiro (art. 14, *caput* e § 3º do CDC), com prova a cargo dele, réu, mormente em razão da regra de inversão do ônus da prova aplicada na espécie em questão (art. 6º, VIII).

Injustificável a retenção do valor pecuniário de D. Friederika Ptak, o que se constata inclusive pela enorme demora em noticiar a ela ou, depois, aos sucessores legais o impedimento antes ocorrido na transferência do valor.

Alegou ter havido divergência nos dados da beneficiária, informados pelo emitente da ordem de transferência (fls. 83), sem declinar exatamente quais foram. Lembre-se, ademais, que não foi a primeira transferência, de modo que o réu conhecia (ou deveria conhecer) os dados necessários e corretos ao cumprimento da ordem. Lembre-se, ainda, que se por hipótese houve mesmo alguma divergência imputável ao emitente da ordem, nada justifica a espera de dois anos para levar a conhecimento o insucesso da operação.

Nada nos autos revela qualquer iniciativa do réu em entregar à cliente ou a seus sucessores o valor estornado.

Friederika faleceu em 6 de fevereiro de 2015 (fls. 41). A soma a ela pertencente, ainda depositada no Brasil, ficou sujeita à partilha aqui, como decorre do artigo 89, inciso II, do Código de Processo Civil de 1973, então vigente. Se a transferência tivesse ocorrido de imposto de transmissão "causa mortis" pela legislação brasileira, mas agora haverá, justificando responder o réu pelo encargo, que constitui prejuízo para os autores, sucessores legais. O valor não será quantificado neste momento, pois dependente de apuração pela Fazenda Estadual (fls. 9, letra "c").

Mesmo afastada a hipótese de má-fé, é indubitoso que o réu reteve indevidamente expressiva quantia pecuniária, por mais de dois anos, excluindo da beneficiária e, depois, de seus sucessores legais a utilização e vantagens que o dinheiro proporcionaria, com acesso a bens e serviços pertinentes.

O dano moral, no caso, decorre do próprio fato violador, dispensando a produção de prova.

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Conforme expõe Carlos Alberto Bittar, “na concepção moderna da teoria da reparação de danos morais prevalece, de início, a orientação de que a responsabilidade do agente se opera por força do simples fato da violação. Com isso, verificado o evento danoso, surge ipso facto, a necessidade de reparação, uma vez presentes os pressupostos de direito. Dessa ponderação, emergem duas consequências práticas de extraordinária repercussão em favor do lesado: uma, é a dispensa da análise da subjetividade do agente; outra, a desnecessidade de prova de prejuízo em concreto” (“Reparação Civil por Danos Morais”, Ed. RT, pág. 202).

É também o entendimento da jurisprudência, a exemplo de julgado do E. Superior Tribunal de Justiça: “A jurisprudência deste Pretório está consolidada no sentido de que, na concepção moderna do ressarcimento por dano moral, prevalece a responsabilização do agente por força do simples fato da violação” (REsp 851522/SP, Rel. Min. César Asfor Rocha, 4ª T., j. 22.05.07, DJ 29.06.07, p. 644).

Ainda:

Apelação – Ação de obrigação de fazer c.c. repetição de indébito e indenização por danos morais - Improcedência – Retenção de valores referentes à antecipação de 13º salário antes do avençado – Demandante que faz jus à indenização postulada, cuja ocorrência está configurada no presente caso – Restituição em dobro que também se mostra devida - Litigância de má-fé imposta ao autor que deve ser afastada - Recurso do autor provido (TJSP; Apelação 1007057-79.2016.8.26.0038; Relator Des. Thiago de Siqueira, j. 13/12/2017).

Considero exagerado, no entanto, o valor almejado.

O arbitramento não deve se prestar ao enriquecimento sem causa, mas considerar o aspecto inibitório da condenação, em relação ao autor do ilícito, a fim de que invista no aprimoramento de seus procedimentos, sem olvidar, de outra parte, do caráter compensatório da reparação. Como salientou Carlos Alberto Bittar:

*“O critério na fixação do quantum indenizatório deve obedecer à proporcionalidade entre o mal e aquilo que pode aplacá-lo, levando-se em conta o efeito, que será a prevenção,*

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

*ou desestímulo. Em suma, a reparação do dano moral deve ter em vista possibilitar ao lesado uma satisfação compensatória e, de outro lado, exercer função de desestímulo a novas práticas lesivas, de modo a 'inibir comportamentos antissociais do lesante, ou de qualquer outro membro da sociedade', traduzindo-se em 'montante que represente advertência ao lesante e à sociedade de que não se aceita o comportamento assumido, ou o evento lesivo' (cf. Carlos Alberto Bittar, Reparação civil por danos morais, cit. P. 247 e 233; v. também, Yussef Said Cahali, Dano moral, cit. P. 33-42; Rui Stocco, Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial, 4ª ed. Revista dos Tribunais, 1999, p. 762; e Antonio Jeová Santos, Dano moral indenizável, 4. ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2003, p. 159-65, v. acórdãos em JTJ, 199/59; RT, 742/320)".*

Nessas circunstâncias, estabeleço R\$ 10.000,00.

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno BANCO DO BRASIL S. A. a pagar para os autores, a título indenizatório, (a) a importância de R\$ 101.896,38, com correção monetária desde 29 de maio de 2014, (b) a importância de R\$ 10.000,00, com correção monetária a partir desta data, (c) juros moratórios contados da época da citação inicial, pois contratual o ilícito, e (d) reembolsar os valores que vierem a ser despendidos no acerto de imposto de transmissão "causa mortis" relativamente ao crédito sujeito a partilha.

Responderá o réu pelas custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e pelos honorários advocatícios da patrona dos autores, fixados em 10% do valor resultante da condenação. Será deduzido da base de cálculo da taxa judiciária, para reembolso, o montante de R\$ 40.948,20, atinente à redução do valor indenizatório por dano moral.

Responderão os autores pela taxa judiciária decorrente dessa parcela excluída e também pelos honorários advocatícios do patrono do réu, fixados em R\$ 4.094,82, com correção monetária a partir desta data, vedada a compensação. Compreende o proveito econômico obtido com a defesa (Código de Processo Civil, artigo 85, § 2º).

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 18 de janeiro de 2018.

## PODER JUDICIÁRIO



### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br



**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**